



INTERNATIONAL COFFEE ORGANIZATION
ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL CAFÉ
ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO CAFÉ
ORGANISATION INTERNATIONALE DU CAFÉ

CF 2/12

3 abril 2012

Original: inglês

P

2.º Fórum Consultivo sobre
Financiamento do Setor Cafeeiro
6 março 2012
Londres, Reino Unido

**Relatório sucinto do 2.º Fórum Consultivo
sobre Financiamento do Setor Cafeeiro**

Antecedentes

1. O 2.º Fórum Consultivo sobre Financiamento do Setor Cafeeiro (o 'Fórum') realizou-se durante a 108.ª sessão do Conselho Internacional do Café. O tema do Fórum foi:

O papel que as associações de produtores, governos e outras entidades (e.g. setor privado, organizações sem fins lucrativos ou parcerias público-privadas) desempenham, ou poderiam desempenhar, para tornar os instrumentos de gestão de risco e de financiamento mais acessíveis e de aplicação mais fácil para os pequenos e médios cafeicultores.

2. O órgão organizador do Fórum, o Grupo Central¹, selecionou este tema com base num dos principais tópicos surgidos no 1.º Fórum Consultivo, que fora presidido pelo Sr. Michael Wheeler, de Papua-Nova Guiné (ver Relatório sumário, documento CF-1/11): o importante papel que os intermediários podem desempenhar na promoção da compreensão e acesso aos instrumentos de gestão de risco e financeiros pelos produtores de pequeno e médio porte. A declaração do problema, preparada pelo Grupo Central, figura no documento ED-2129/12.

¹ Os termos de referência do Grupo Central do Fórum Consultivo figuram no documento ICC-107-18.

RELATÓRIO SUCINTO DO 2.º FÓRUM CONSULTIVO SOBRE FINANCIAMENTO DO SETOR CAFEIRO

1. O 2.º Fórum Consultivo começou com palavras do Diretor-Executivo. Após dar as boas-vindas aos participantes, ele fez um resumo rápido do 1.º Fórum Consultivo, que se concentrara na questão vital da volatilidade dos preços do café verde, e em seguida ajudou a apresentar o tema do segundo Fórum: O papel que as associações de produtores, governos e outras entidades desempenham ou poderiam desempenhar para tornar os instrumentos de gestão de risco e de financiamento mais acessíveis e de aplicação mais fácil para os pequenos e médios cafeicultores. Tratava-se de uma questão importantíssima, pois, embora instrumentos viáveis de gestão de risco existissem, os produtores de pequeno e médio porte frequentemente encontravam dificuldades em acessá-los. Após louvar o Grupo Central por organizar o evento e selecionar o tema do Fórum, o Diretor-Executivo observou que os oradores convidados pareciam muito capazes de despertar uma discussão estimulante sobre o tema. Em particular, ele deu os parabéns e agradeceu à Sr.^a Amy Karpel, Presidente do Grupo Central, que também presidiria o Fórum, por seu trabalho e diligência incansáveis no preparo do evento.

2. A Presidente também deu as boas-vindas aos integrantes do painel e observou que o Fórum oferecia a diferentes participantes do setor cafeeiro uma excelente oportunidade de se reunir para compartilhar experiências, explorar novas ideias e identificar sinergias no tratamento de questões relacionadas com o financiamento do setor cafeeiro e a mitigação dos riscos enfrentados pelos pequenos e médios cafeicultores. Ela convidou os especialistas a fazer apresentações breves sobre gestão de risco e acesso a financiamento e encorajou todos os presentes a se engajar com energia em uma vigorosa discussão e troca de opiniões. Ela agradeceu ao Grupo Central por sua contribuição aos preparativos para o evento, aos oradores por comparecerem ao Fórum e compartilharem seus conhecimentos especializados, e ao Banco do Brasil e ao Conselho Nacional do Café por generosamente patrocinarem o evento.

Apresentações

Jawaid Akhtar, Presidente, Junta do Café da Índia

3. A Junta do Café da Índia é a agência nodal para o desenvolvimento do setor cafeeiro indiano em geral, desde 1942. Seu papel na disponibilização de instrumentos de gestão de risco aos pequenos e médios produtores é especialmente significativo, pois 99%

das 266.869 propriedades do setor cafeeiro indiano são pequenas (menos de 10 ha). Depois da liberalização da comercialização de café em 1996, as funções da Junta foram redefinidas, e ela se tornou o órgão facilitador do desenvolvimento geral do setor. Ela se incumbiu do seguinte: pesquisa e desenvolvimento, e transferência de tecnologia; divulgação de informações, inclusive de mercado; promoção do café indiano nos mercados interno e externo; incentivos para iniciativas de desenvolvimento que contemplam melhorias da produtividade, mitigação de risco, agregação de valor, etc.; e medidas voltadas para o bem-estar dos filhos dos trabalhadores e pequenos produtores. Os instrumentos de risco e financiamento disponíveis aos cafeicultores incluem: i) um esquema de seguros contra chuvas para a cafeicultura, para mitigar os danos causados por precipitações irregulares durante as fases críticas das colheitas; ii) um fundo de estabilização de preços para dar alívio financeiro aos produtores muito pequenos (proprietários de até 4 ha) quando os preços caem abaixo de um nível especificado (a faixa anual de preços usada para este fim baseia-se na média móvel de sete anos dos preços internacionais); iii) um esquema de seguros contra acidentes pessoais para os pequenos cafeicultores e trabalhadores, através do qual o Governo subsidia 50% dos respectivos prêmios; iv) esquemas de subvenção de juros e refinanciamento operados pela Junta do Café, o Banco Central e o Banco Nacional da Agricultura e Desenvolvimento Rural. Os governos estaduais e provinciais também têm vários esquemas para subvencionar os juros de empréstimos de diferentes categorias. A Junta desenvolve os esquemas referidos nas alíneas i) e ii) supra, bem como seu próprio esquema de subvenção de juros, em consulta com as agências implementadoras (conforme o caso), e funciona como elo entre os cafeicultores e suas associações e entre o governo e essas agências. Ela dá ampla divulgação às informações pertinentes em seu site e pelo rádio, TV, jornais, revistas, folhetos, etc. Existem poucas cooperativas de cafeicultores na Índia, mas as associações de cafeicultores contribuem para a divulgação de informações entre seus membros.

Ernesto Fernández Arias, Subsecretário da Agricultura, Ministério da Agricultura (SAGARPA), México

4. No México a ação de intermediários financeiros foi proibida durante muitos anos e não há bolsa mercantil para o café no país, que tem um setor cafeeiro altamente concentrado. Como a concentração do setor também contribuiu para concentrar riscos, o Governo mexicano estabeleceu um programa para ajudar os participantes a gerir os riscos de modo mais eficaz, com a ajuda desses intermediários. Pouco a pouco a situação evoluiu, e contratos a prazo básicos foram sendo substituídos por instrumentos de gestão de risco mais sofisticados, comercializados através de instituições financeiras. O sistema atual se baseia em opções de venda, usando uma modalidade de “85-50”. O objetivo é aliviar um dos impedimentos mais comuns à utilização mais ampla das opções de venda como

instrumento de gestão de risco – a preocupação entre compradores potenciais com o desperdício de comprar essas opções se elas nunca forem exercidas. Pelo programa, os produtores que as adquirem podem recuperar e receber do Ministério da Agricultura até 85% do prêmio se elas vencerem sem que o direito tenha sido exercido. Da mesma forma, os participantes da cadeia da oferta que adquirem opções de compra podem recuperar até 50% do prêmio se elas vencerem sem que o direito tenha sido exercido. Emprega-se arbitragem neutra para resolver questões relacionadas com a qualidade e o cumprimento do contrato. Este programa ajuda a gerir riscos e confere transparência aos preços, à quantidade e à oferta.

Xinia Chaves, Vice-Ministra da Agricultura e Pecuária, Costa Rica

5 Cabe ao Instituto do Café da Costa Rica (ICAFÉ) a supervisão dos mecanismos que, com base na Lei N.º 2762, promovem relações equitativas entre produtores, beneficiadores, torrefadores e exportadores no setor cafeeiro. A Lei N.º 2762 é a culminância de 40 anos de experiência na regulação do setor na Costa Rica. O ICAFÉ dirige um programa que ajuda a mitigar riscos durante todo o ano comercial, mediante monitoramento, registro e verificação das operações em todas as fases da comercialização do café. Todo o café é colhido à mão, e a maior parte dos pequenos produtores recebe financiamento de beneficiadoras registradas e fiscalizadas pelo ICAFÉ. Os produtores recebem um pagamento parcial na entrega do café em coco à beneficiadora, que deve fazer o registro oficial do total do café recebido. O pagamento parcial adiantado – uma característica-chave do modelo equitativo – ajuda os produtores a financiar seus custos de cultivo e colheita. As beneficiadoras devem declarar ao ICAFÉ todas as vendas de café verde, que se pautam pelos preços e diferenciais internacionais prevalentes. Os contratos das transações são registrados no ICAFÉ, e as beneficiadoras fazem um ajuste trimestral dos pagamentos segundo as vendas. Os valores dos pagamentos finais são publicados na imprensa da Costa Rica, e as beneficiadoras estão obrigadas a pagar o saldo aos produtores (após dedução das despesas e lucros, fixados por lei em 9%) dentro de oito dias. Cobertura cambial é usada como proteção contra as variações da taxa de câmbio. O modelo equitativo de comercialização de café da Costa Rica garante que os produtores recebam 80% do preço de cada saca vendida, caracterizando um sistema de pagamentos finais que é único no mundo produtor de café.

Edilson Alcântara, Diretor, Departamento do Café, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Brasil

6. O Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (FUNCAFÉ) é usado para diversos fins, disponibilizando, entre outros, recursos para o custeio do cultivo, colheita e estocagem de café pelos cafeicultores; o financiamento para a aquisição de café pela indústria e comércio locais; capital de giro para a indústria brasileira de café solúvel; recursos para a recuperação de cafezais danificados; e contratos de opções e outros instrumentos baseados nas bolsas.

Em 1994 foram introduzidos novos mecanismos de gestão de risco, através dos quais pagamentos são feitos aos cafeicultores ou cooperativas com base em vendas para entrega futura: a Cédula de Produto Rural (CPR) e o Certificado de Depósito Agropecuário / Warrant Agropecuário (CDA/WA). A CPR capacita os cafeicultores a vender antecipadamente parte de sua safra, recebendo pagamento em dinheiro ou empréstimo e assumindo a obrigação de entregar uma determinada quantidade de café numa data futura e num local especificado. O instrumento pode ser negociado nas bolsas de commodities e receber cobertura. A venda antecipada da safra assegura a comercialização da produção a preço equitativo e reduz a dependência de crédito subsidiado. O CDA/WA pode funcionar como garantia dos empréstimos e das vendas para entrega futura. Todas as transações se fazem dentro de um sistema eletrônico. O Fundo também opera vários contratos de opções nas bolsas de futuros como mecanismos de cobertura para mitigar riscos. Como as atitudes dos cafeicultores costumam ser tradicionalistas, o Fundo se esforça para mudá-las e, para tanto, usa a linguagem apropriada para divulgar informações sobre como equilibrar preços e como o mercado funciona, promove a melhoria da comercialização, instila uma visão voltada para o futuro e incentiva maior empreendedorismo entre os produtores. Em paralelo com a consolidação de parcerias, o novo modelo brasileiro para a agricultura contempla maior segurança para seus participantes, além de saltos qualitativos e aumentos da produtividade.

Matt Horsbrugh, Diretor Comercial, Twin Trading Company

7. O engajamento da Twin Trading na capacitação dos pequenos produtores (definidos como os que cultivam terrenos de 1 a 10 ha) em gestão de risco começou com a volatilidade de preços do final dos anos 90. A Twin organizou mais de 200 workshops de treinamento em gestão de risco em países da América Latina e da África, com financiamento de diversos interessados: torrefadores, negociantes de café, entidades financeiras à procura de minorar os riscos dos empréstimos e emprestadores de recursos para fins sociais. Para fortalecer a capacidade de organizações de pequenos produtores para gerir riscos do mercado, a Twin organiza workshops participativos, que consistem em aulas práticas, apresentações e exercícios em grupo com o objetivo de alargar a compreensão da terminologia e dos instrumentos pelos participantes. Ela procura adaptar os workshops de treinamento, que têm duração de dois a cinco dias, a cada temporada, através de avaliação das estratégias usadas e de aplicação à nova safra das lições anteriormente aprendidas. Além do preparo de folhetos de informação nos países selecionados, a Twin gere uma plataforma na Internet, divulgando a seus usuários informações sobre os workshops, assim como análises de mercado. Entre os desafios de que o Programa de Gestão de Risco dos Preços da Twin trata podem citar-se: incapacidade de gestão nas organizações de pequenos produtores; problemas com a obtenção de financiamento; necessidade

de ampliar o uso de instrumentos tradicionais de cobertura, como futuros e opções; desenvolvimento de uma compreensão da evolução do mercado e das flutuações dos diferenciais de preços; e falta de acesso a instrumentos para gerir riscos cambiais. A Twin acredita que workshops de dois dias são demasiado concentrados e que seria útil realizar workshops especiais sobre gestão de vendas antes, durante e depois das colheitas. O treinamento em gestão de risco capacita os pequenos cafeicultores a melhorar sua eficiência comercial e oferecer garantias aos comerciantes, torrefadores e emprestadores. Uma das lições que a Twin aprendeu é que o apoio à gestão de risco precisa ser contínuo, pois incentiva as organizações de produtores a acessar diretamente os mercados internacionais e a compreender melhor os mercados, o que, por sua vez, contribui para garantir o acesso dos comerciantes a café sustentável certificado.

Marc Sadler, Chefe de Equipe, Unidade de Financiamento Agrícola e Gestão de Risco (AFRMU), Departamento de Agricultura e Desenvolvimento Rural, Banco Mundial

8. A Equipe de Gestão de Risco Agrícola (ARMT), que é parte da AFRMU do Banco Mundial, concentra-se em ajudar clientes a identificar e gerir riscos agrícolas. Os clientes incluem governos (em nível macro); bancos, seguradoras, associações de agricultores e exportadores (em nível intermediário); e comerciantes, cooperativas e agricultores (em nível micro). Os recursos da ARMT provêm da Secretaria de Estado para Assuntos Econômicos da Suíça (SECO) e do Governo dos Países Baixos. O desenvolvimento de uma estratégia apropriada de gestão de risco depende da identificação, avaliação e priorização dos riscos, a fim de que a estratégia para mitigá-los possa se concentrar nos riscos mais significativos para o cliente. A ARMT ajudou a desenvolver uma estratégia de gestão de risco para os setores cafeeiros do Haiti, Camarões, Vietnã e Uganda, com base na avaliação dos riscos da cadeia da oferta. O objetivo da avaliação, que compreendeu a identificação, quantificação e priorização dos principais riscos enfrentados pelos respectivos setores cafeeiros e seus participantes, foi o desenvolvimento de uma estratégia ampla, envolvendo a atribuição e sobreposição dos riscos, para possibilitar a gestão eficaz de cada nível de risco pelos participantes mais adequados. Os cafeicultores e cooperativas, por exemplo, podem reduzir riscos através de melhoria das práticas agrícolas, uso mais eficiente dos recursos hídricos e irrigação, introdução de variedades melhoradas e emprego de previsões, e as cooperativas podem transferir o risco providenciando seguros. Os governos podem intervir na eventualidade de eventos catastróficos, que ocasionem perdas substanciais em toda a cadeia da oferta. A ARMT gostaria de colaborar com a OIC na realização de um exercício para exame das questões do risco no setor cafeeiro e do acesso a financiamento. O propósito deste exercício seria compreender melhor como os riscos não geridos restringem o financiamento e como a gestão melhorada dos riscos libera recursos.

Coletivamente, o Fórum Consultivo possui os conhecimentos necessários para destilar mais informações em benefício dos países da OIC. O Banco Mundial e a OIC poderiam desenvolver uma tipologia de riscos que sirva de subsídio a produtores e Governos.

Discussões e questões

9. As apresentações foram seguidas por uma troca de opiniões entre os integrantes do painel e uma discussão das questões suscitadas, envolvendo todos os participantes. Outras questões trazidas à baila pelas delegações dos Membros da OIC foram: a necessidade de bases institucionais e jurídicas e de políticas públicas eficazes para facilitar o acesso dos pequenos cafeicultores a instrumentos de financiamento e gestão de risco; a importância de treinamento para conscientizá-los dos benefícios dos programas existentes, incentivando uma participação mais ampla; a importância da transparência em toda a cadeia da oferta e de, inclusive, educar os emprestadores sobre os riscos do setor cafeeiro, para que se sintam confiantes ao emprestar ao setor; a necessidade de equilibrar os programas para mitigar os riscos dos preços ante o desenvolvimento do setor cafeeiro como um todo; preocupações com o intenso crescimento da especulação nas bolsas de futuros, tornando mais difícil para todos os participantes, exceto os maiores, usar estas bolsas com eficácia para fins de cobertura; e estratégias para usar como base e adaptar a novos contextos elementos dos programas bem-sucedidos de financiamento e gestão de risco, lembrando que a natureza dos instrumentos de gestão de risco e financiamento é altamente idiossincrática. Abaixo resumem-se os principais pontos aventados:

- **O papel das bases institucionais e jurídicas**

10. Instituições governamentais como a Junta do Café da Índia, o Ministério da Agricultura do México (Secretaria da Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento Rural, Pesca e Alimentação – SAGARPA), o Instituto do Café da Costa Rica (ICAFÉ) e o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira do Brasil (FUNCAFÉ) prestam valiosa assistência aos pequenos e médios cafeicultores, oferecendo instrumentos de financiamento e gestão de risco, através, entre outros meios, de: administração de esquemas de seguros cobrindo os riscos do tempo e os causados por pragas e doenças; garantia de fundos para dar aos pequenos e médios cafeicultores, maior acesso a crédito para mitigar riscos; e sistemas de financiamento desenvolvidos por várias instituições, seja através de um ‘fundo do café’ que presta assistência em toda a cadeia da oferta, seja através de medidas para imprevistos. A Junta do Café da Índia, a SAGARPA, o ICAFÉ e o FUNCAFÉ deixam patente que instituições governamentais e estruturas jurídicas bem concebidas propiciam o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas eficazes para atender às necessidades de financiamento e gestão de risco dos cafeicultores, quer em contextos em que

a comercialização é altamente regulada, quer em contextos liberalizados. As bases institucionais e jurídicas podem criar ambientes propícios à concepção e introdução de produtos inovadores e métodos para facilitar a compreensão e o acesso dos cafeicultores a instrumentos de financiamento e gestão de risco. Mais atenção deveria ser dedicada à identificação de elementos das atuais bases institucionais e jurídicas que, tendo obtido êxito, possam ser expandidos ou reproduzidos em resposta às necessidades de financiamento e gestão de risco dos cafeicultores em outros contextos.

11. Também se poderia considerar mais a fundo se a participação em programas de financiamento e gestão de risco patrocinados pelos governos deveria ser voluntária ou compulsória, e que incentivos poderiam ser usados para estimular a participação. Poderia considerar-se, além disto, se o café deve ser financiado com vistas à proteção no curto prazo ou a desenvolvimento no médio e longo prazo. Uma questão correlata é como conseguir um equilíbrio entre soluções que permitam garantir a segurança alimentar e a obtenção de renda em nível doméstico e soluções que permitam enfrentar os desafios do financiamento e da gestão de risco em nível comercial.

- **A importância de comunicações eficazes e educação sobre financiamento e gestão de risco**

12. É preciso que os países invistam nos meios adequados para, com eficácia, comunicar aos cafeicultores questões relativas a financiamento e gestão de risco. Por exemplo, informações sobre opções de venda e compra, que são operações financeiras complexas, deveriam ser transmitidas em linguagem descomplicada, que os leigos possam entender. Há necessidade de educação quanto aos benefícios dos atuais programas de financiamento e gestão de risco para ajudar a conseguir uma participação mais ampla, pois é mais provável que os agricultores participem quando cientes dos benefícios destes programas. Treinamento para conseguir a alfabetização financeira de quase todos os participantes do setor cafeeiro também seria benéfico. Os cafeicultores que entenderem melhor seus custos de produção e a constituição dos preços, por exemplo, terão melhores condições de reconhecer o ótimo preço de seu café e a relação entre os preços disponíveis e suas margens de lucros. Notou-se que uma mudança da 'cultura' dos cafeicultores, que talvez hesitem em participar dos atuais programas de financiamento e gestão de risco ou em adotar novos enfoques, começa com a eficácia das comunicações e da educação.

- **Identificação dos beneficiários**

13. Por formarem a base da cadeia da oferta, os cafeicultores são beneficiários naturais dos programas de gestão de risco. Porém eles não atuam num vácuo e, para que os desafios do financiamento e da gestão de risco possam ser enfrentados, o envolvimento de

outros participantes – indústria, comércio, fornecedores de insumos, instituições financeiras, etc. – é necessário. Uma questão correlata é a das metas dos programas de gestão de risco. Os programas que se concentram na proteção social devem ter uma estrutura diferente da dos que se concentram na promoção do desenvolvimento comercial. As instituições que os implementam, por sua vez, precisam ter uma visão clara de sua posição a este respeito.

- **Transparência em toda a cadeia da oferta**

14. A transparência foi posta em relevo como fator crítico dos esforços para tornar os instrumentos de financiamento e gestão de risco mais acessíveis e de utilização mais fácil para os pequenos e médios produtores. Observou-se que fica mais fácil conceber soluções inovadoras que só tragam ganhos quando, ao longo de toda a cadeia da oferta, os diferentes participantes compreenderem melhor os respectivos papéis e riscos dos demais participantes. Por exemplo, entendendo melhor o setor cafeeiro e os riscos que ele corre, os emprestadores ganharão maior confiança em sua capacidade de gerir estes riscos e de investir no setor. Esforços estão sendo feitos para educar os emprestadores sobre o setor, e a expansão dos programas atuais poderia encorajá-los a disponibilizar mais recursos aos pequenos e médios cafeicultores. Também se enfatizou que os riscos a que estão sujeitos os participantes posicionados no final da cadeia da oferta diminuem quando os riscos a que estão sujeitos os participantes posicionados no início da cadeia – isto é, os cafeicultores – diminuem. Isto cria um potencial para soluções que só trazem ganhos, de sorte que, quando os cafeicultores se tornam mais capazes de gerir riscos e acessar financiamento, os negociantes e torrefadores de café se tornam mais capazes de gerir seus próprios riscos. Observou-se que uma compreensão mais profunda dos papéis e riscos correspondentes aos diversos participantes da cadeia da oferta pode ser desnecessária, mas é preciso que haja uma apreciação básica dos papéis e riscos correspondentes a cada participante. Notou-se a importância das oportunidades para os produtores e exportadores de se comunicarem e cooperarem na resolução de conflitos, e que estas oportunidades poderiam ser facilitadas por instituições e estruturas governamentais apropriadas.

- **Cronograma e lições aprendidas**

15. Frisou-se que os programas de financiamento e gestão de risco implementados pelo Brasil, o México, a Índia e a Costa Rica resultam de longos processos de desenvolvimento. Eles refletem anos de trabalho e uma série de aperfeiçoamentos diante dos desafios surgidos desde sua implementação. Existem outros programas que, liderados tanto por governos quanto por instituições e organizações não-governamentais, exercem uma influência positiva sobre a capacidade dos cafeicultores de gerir riscos e acessar recursos.

Elementos desses programas podem ser empregados na concepção de soluções até agora indisponíveis ou subutilizadas pelos cafeicultores. A chave consistirá em identificar os elementos bem-sucedidos dos programas existentes e adaptá-los conforme as necessidades dos cafeicultores. Enfatizou-se que os riscos são altamente idiossincráticos, e que a adaptação dos elementos bem-sucedidos de um programa existente em um contexto para uso em outro precisa levar em conta esta circunstância e começar por uma avaliação dos riscos específicos do mercado a que se dirige. Não há uma solução-modelo que funcione em todos os países: cada país precisa de um modelo ou plano que ele possa implementar com base em suas próprias realidades e instituições. Deveria dar-se mais atenção, por um lado, à identificação das primeiras medidas que países com estratégias limitadas de gestão de risco e financiamento poderiam tomar para desenvolver e implementar programas mais eficazes em benefício de seus cafeicultores e, por outro, ao que governos poderiam fazer para criar ambientes propícios em que instituições não-governamentais se vissem incentivadas a ajudar a encontrar soluções de financiamento e gestão de risco para os pequenos e médios cafeicultores.

- **Outras questões**

16. Observou-se que o maior envolvimento de participantes não-comerciais e de especuladores no mercado cafeeiro continua a antepor desafios à gestão dos riscos ligados à volatilidade dos preços do café. Problemas de gestão de risco foram incluídos na agenda da reunião do G-20, que o México presidirá, e na agenda da reunião do G-8, que os Estados Unidos presidirão.

Síntese pela Presidente

17. A Presidente disse que o 2.º Fórum Consultivo representava um passo significativo adiante no processo de consultas sobre tópicos relacionados com financiamento e gestão de risco. Entre as questões-chave a explorar em maior profundidade estão as seguintes:

- meios de desenvolver uma tipologia das melhores práticas neste campo, para adaptação e emprego em diferentes contextos jurídicos e institucionais, particularmente nos países que estão começando a desenvolver programas de financiamento e gestão de risco para seus setores cafeeiros;
- a interação entre os participantes institucionais, como as cooperativas e as associações de cafeicultores, e as políticas governamentais em geral;

- formas de estimular a participação dos cafeicultores em esquemas de financiamento e gestão de risco – por exemplo, através de melhoria da alfabetização financeira dos cafeicultores e de sua compreensão dos benefícios dos programas, e através de esquemas de incentivo;
- a necessidade de transparência e compreensão dos papéis e riscos de cada participante em toda a cadeia da oferta, a fim de promover cooperação e soluções que só tragam ganhos entre os diferentes participantes da cadeia; e
- o papel que os governos podem desempenhar na criação de ambientes que propiciem soluções inovadoras para as necessidades de financiamento e gestão de risco dos cafeicultores.

18. Por último, notou-se que não há um modelo comum que se possa aplicar de forma geral em todos os países produtores, mas que lições valiosas podem ser tiradas das experiências alheias.

Agradecimentos

19. A Presidente agradeceu aos oradores convidados por suas valiosas contribuições, à Secretaria por sua assistência no preparo do Fórum, e aos patrocinadores por terem possibilitado sua realização.